

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

PORTO ALEGRE-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL

PROFESSOR - ANOS INICIAIS

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Conhecimentos Pedagógicos
- Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL
- Legislação
- Legislação Específica

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE ABERTURA 112/2026

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

PORTO ALEGRE - RS

Professor - Anos Iniciais

SL-081OT-26
7901183011490

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Análise global do texto; Interpretação de textos: variedade de textos 9
2. Ortografia 10
3. Relações entre fonemas e grafias 14
4. Acentuação gráfica 16
5. Classes de palavras e seu emprego; Flexões: gênero, número e grau do substantivo e adjetivo 17
6. Equivalência e transformação de estruturas 29
7. Discurso direto e indireto 35
8. Concordância nominal e verbal 37
9. Regência verbal e nominal 41
10. Crase 45
11. Pontuação 47
12. Adequação de linguagem 50
13. Figuras e funções da linguagem 50
14. Estruturação do texto e dos parágrafos 55
15. Informações literais e inferências 56
16. Estruturação do texto: recursos de coesão 57
17. Significação contextual de palavras e expressões 61

Raciocínio Lógico

1. Resolução de problemas de raciocínio lógico: sentenças abertas; Proposições lógicas simples e compostas; Conectivos lógicos (conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional e bicondicional); Negações; Número de linhas de uma tabela-verdade; Valores lógicos das proposições e construção e interpretação de tabelas-verdade; Equivalências lógicas (leis de morgan e condicional) 73
2. Quantificadores e suas negações; Diagramas lógicos 81
3. Lógica de argumentação: estrutura de argumentos; Premissas e conclusão; Validade e invalidade de argumentos; Inferências, deduções e analogias 87
4. Raciocínio sequencial e identificação de regularidades: padrões numéricos, figurativos e de palavras; Reconhecimento de padrões em estruturas sequenciais baseadas em leis de formação simples 89
5. Associação entre elementos (pessoas, objetos, lugares, eventos) 93
6. Ordenação temporal e espacial; Posição relacional de elementos e transformação de caracteres alfanuméricos ou figuras geométricas 97
7. Contagem; Princípio fundamental da contagem e métodos combinatórios básicos aplicados ao raciocínio lógico 101

Conhecimentos Pedagógicos

1. Avaliação escolar e tipos de avaliação 107
2. Processo ensino-aprendizagem 110
3. Currículo e planejamento da ação educativa 117
4. Psicologia da educação 125
5. Psicologia infantil 127
6. História da educação 134

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

7. Aspectos filosóficos e sociológicos da educação 141
8. Teorias de aprendizagem e tendências pedagógicas 145
9. Gestão da aprendizagem em sala de aula 149
10. Didática do educador contemporâneo e planejamento da ação educativa 158
11. Interdisciplinaridade; Pluridisciplinaridade; Transdisciplinaridade; Multidisciplinaridade 163
12. Inclusão escolar 164
13. Diversidade e direitos humanos 164
14. Relação entre educação e saúde 165
15. Mediação da aprendizagem e didática 169
16. Metodologias ativas; Tecnologias digitais na educação 176
17. Sala de aula invertida 180
18. Ensino híbrido 184
19. Gamificação 185
20. Educação na era digital 188
21. Desafios atuais da educação 197
22. Escola do futuro: perspectivas e tendências 206
23. Teorias da aprendizagem 209
24. Projeto político pedagógico 209
25. Regimento escolar 215
26. Gestão educacional; Gestão democrática 219
27. Políticas educacionais 223
28. Formação docente 228
29. Temas contemporâneos transversais 237
30. Temas contemporâneos em educação 243
31. Política de educação em tempo integral 259

Conhecimentos Específicos
Professor - Anos Iniciais

1. Instrução fônica na alfabetização e alfabetização baseada em evidências: neurociência e leitura 267
2. Fundamentos, concepções, finalidades e princípios da educação dos anos iniciais 271
3. Desenvolvimento integral das crianças 275
4. Teorias do desenvolvimento e aprendizagem 280
5. Psicologia infantil 286
6. Abordagens pedagógicas e metodologia de ensino 286
7. Ludicidade nos anos iniciais; Interações, jogos, brincadeiras e atividades lúdicas nos anos iniciais; Práticas pedagógicas nos anos iniciais 287
8. Currículo e planejamento pedagógico nos anos iniciais 290
9. Aprendizagens essenciais nos anos iniciais: comportamentos, habilidades, conhecimentos e vivências 294
10. Ambiente educativo: organização, espaço físico, tempo e materiais pedagógicos nos anos iniciais 298
11. Mediação e intervenção pedagógica nos anos iniciais 301
12. Documentação pedagógica e práticas de registro nos anos iniciais 304

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

13. Planejamento, gestão e rotina do trabalho pedagógico nos anos iniciais 308
14. Avaliação nos anos iniciais 309
15. Tecnologias educacionais nos anos iniciais 313
16. Educação inclusiva e diversidade nos anos iniciais 317
17. Relação escola e família 323
18. Educação integral e formação humana 328
19. Educação nos anos iniciais e educação ambiental 328
20. Integração entre as áreas do conhecimento: interdisciplinaridade e transversalidade 331
21. Saúde, alimentação, higiene e cuidados essenciais para crianças 331
22. Processos de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita nos anos iniciais 336
23. Alfabetização e letramento: língua portuguesa e matemática 337
24. Língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, educação física e artes nos anos iniciais:conteúdos e habilidades 343
25. Base nacional comum curricular: etapa do ensino fundamental 347
26. Documento curricular do ensino fundamental de porto alegre (2025) 347

Material Digital
Legislação

1. Lei Orgânica do Município de Porto Alegre 3
2. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre - Lei Complementar Municipal nº 133/1985 3
3. Plano de Carreira dos Funcionários da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre – Lei Municipal nº 6.309/1988 27
4. Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre – Lei Complementar Municipal nº 478/2002 35
5. Constituição da República Federativa do Brasil 52
6. Lei de Improbidade Administrativa – Lei Federal nº 8.429/1992 52
7. Código Penal: Dos Crimes contra a Administração Pública (arts. 312 ao 337-P) 62
8. Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente 66
9. Lei Federal nº 15.211/2025 - Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais 108
10. Lei Federal nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha 116

Legislação Específica

1. Constituição Federal 129
2. Lei Federal nº 15.388/2026 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 132
3. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 137
4. Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações 185
5. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica 205
6. Diretrizes e Bases da Avaliação Nacional: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 206
7. Decreto Federal nº 11.556/2023 - Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada 210

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

8. Lei Federal nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 213
9. Decreto Federal nº 12.686/2025 - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva 232
10. Decreto nº 6.286/2007 - Institui o Programa Saúde na Escola – PSE 236
11. Lei nº 11.947/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica 237
12. Lei nº 14.113/2020 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 243
13. Lei Federal nº 13.257/2016 - Marco legal da primeira infância 258
14. Lei Federal nº 14.533/2023 - Política Nacional de Educação Digital - PNED 264
15. Lei Federal nº 15.211/2025 - Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente) 266
16. Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente 274
17. Lei Federal nº 14.817/2024 - Diretrizes para valorização dos profissionais da educação 316
18. Lei Estadual nº 13.474/2010 - Dispõe sobre o combate da prática de “bullying” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos 317
19. Lei Federal nº 13.185/2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) 318
20. Lei Municipal nº 6.151/1988 - Estabelece o plano de carreira do magistÈrio p¨blico municipal 319

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.
https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE GLOBAL DO TEXTO; INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: VARIEDADE DE TEXTOS

A compreensão interpretativa é uma etapa avançada da leitura, na qual o leitor não se limita a decodificar palavras ou identificar informações explícitas no texto, mas também busca interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre afirmações factuais e opiniões. Essa capacidade de interpretar um texto em níveis mais profundos é essencial para o desenvolvimento de uma leitura crítica e para a formação de leitores autônomos e reflexivos.

A interpretação vai além do óbvio, exigindo que o leitor se envolva com o texto, compreendendo as entrelinhas, reconhecendo os pontos de vista do autor e sendo capaz de avaliar a validade das informações apresentadas.

Propósito do Autor

Um dos aspectos centrais da compreensão interpretativa é a identificação do propósito do autor. Para compreender o texto em profundidade, é essencial que o leitor seja capaz de reconhecer por que o autor o escreveu e qual é sua intenção principal. O propósito de um texto pode variar consideravelmente: o autor pode querer informar, persuadir, entreter, explicar, criticar, ou até mesmo provocar reflexões e debates sobre temas complexos. Identificar esse propósito é importante porque ele orienta a maneira como o leitor interpreta o conteúdo e reage às informações apresentadas.

Quando o propósito do autor é informar, ele busca transmitir conhecimentos ou dados de maneira objetiva, sem, em princípio, tentar influenciar a opinião do leitor. Textos jornalísticos, científicos e relatórios são exemplos típicos desse tipo de intenção. Já em textos cujo objetivo é persuadir, o autor tenta convencer o leitor a adotar uma determinada postura ou ideia, utilizando argumentos, retórica e técnicas de persuasão. É o caso, por exemplo, de artigos de opinião, editoriais e propagandas. Quando o texto busca entreter, a intenção do autor é envolver o leitor por meio de histórias, emoções ou humor, como ocorre na literatura de ficção, no teatro e nas narrativas humorísticas.

Reconhecer o propósito do autor é fundamental porque, ao fazer isso, o leitor pode ajustar sua interpretação para captar melhor as intenções por trás do discurso. Isso o ajuda a compreender as escolhas linguísticas, o tom e a organização do texto. Por exemplo, em um artigo persuasivo, o autor pode selecionar dados e argumentos que favoreçam seu ponto de vista, enquanto, em um texto informativo, ele deve se ater a uma apresentação mais equilibrada dos fatos. Assim, a clareza quanto ao propósito do autor aprimora a leitura crítica e permite que o leitor avalie o texto com maior precisão.

Informações Implícitas

Outro aspecto essencial da compreensão interpretativa é a habilidade de identificar informações implícitas no texto. Informações implícitas são aquelas que não estão declaradas de forma explícita, mas que podem ser inferidas pelo leitor com base no contexto, na estrutura textual e nos indícios linguísticos. Para interpretar corretamente essas informações, o leitor precisa "ler nas entrelinhas", isto é, captar significados que vão além das palavras ditas ou escritas.

Muitas vezes, os autores não expõem todas as informações diretamente, deixando que o leitor faça deduções a partir do que foi apresentado. Esse tipo de comunicação é comum em textos literários, mas também pode ocorrer em textos argumentativos, jornalísticos e outros gêneros.

Por exemplo, em uma narrativa literária, um autor pode descrever a expressão de um personagem ou a ambientação de uma cena sem revelar diretamente seus sentimentos ou intenções, deixando que o leitor faça a inferência sobre o estado emocional ou as motivações do personagem. Em textos de opinião, o autor pode sugerir, de forma indireta, sua visão sobre um assunto sem afirmá-la de modo explícito, utilizando uma escolha de palavras ou uma estrutura argumentativa que conduza o leitor a uma conclusão.

Identificar essas informações implícitas requer que o leitor esteja atento aos detalhes e que compreenda as nuances do texto. Para isso, é necessário considerar o contexto da comunicação, o estilo do autor e os elementos subjacentes à mensagem principal. Essa habilidade é essencial para a compreensão crítica, uma vez que muitos autores utilizam a implicitude como uma estratégia retórica para influenciar o leitor ou apresentar uma informação de forma sutil.

Por exemplo, em um texto jornalístico que descreve um político como "seguro de si", a escolha de palavras pode sugerir uma avaliação positiva de sua postura, mesmo que essa interpretação não esteja explicitamente afirmada. O leitor deve, portanto, inferir o posicionamento do autor em relação ao político com base no uso desse tipo de adjetivo.

Distinção entre Fato e Opinião

Uma das habilidades mais importantes para o desenvolvimento de uma leitura crítica é a capacidade de distinguir entre fato e opinião. Essa distinção é crucial para avaliar a confiabilidade e a objetividade de um texto, além de ser fundamental para a análise de argumentos e a formação de um julgamento próprio sobre o tema abordado.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Fatos:** são afirmações que podem ser verificadas e comprovadas por meio de evidências ou dados concretos. Eles descrevem a realidade de maneira objetiva, sem a interferência das crenças ou sentimentos do autor. Um exemplo de fato seria: "O Brasil é o maior país da América do Sul." Esse tipo de afirmação pode ser checado por meio de dados geográficos e não depende de interpretações pessoais.

▪ **Opiniões:** por outro lado, expressam julgamentos, crenças, sentimentos ou interpretações subjetivas do autor. São afirmações que não podem ser comprovadas de maneira objetiva, pois refletem um ponto de vista pessoal. Um exemplo de opinião seria: "O Brasil é o melhor país da América do Sul." Essa afirmação reflete uma avaliação subjetiva, que pode variar de pessoa para pessoa.

A distinção entre fato e opinião é especialmente importante em textos argumentativos e jornalísticos, onde o autor pode misturar informações factuais com juízos de valor. Muitas vezes, as opiniões são apresentadas de maneira implícita, e cabe ao leitor reconhecer essa subjetividade. É essencial que o leitor desenvolva uma leitura crítica, capaz de identificar quando o autor está se baseando em dados verificáveis e quando está expressando uma interpretação pessoal ou tentando influenciar o leitor por meio de opiniões.

Essa distinção também é importante para a avaliação da imparcialidade de um texto. Um artigo que mistura fatos e opiniões sem distingui-los claramente pode levar o leitor a acreditar que uma opinião é um fato, o que pode comprometer a interpretação correta do texto. Saber separar os dois é uma habilidade fundamental para uma leitura madura e crítica, pois permite ao leitor questionar as afirmações e formar seu próprio julgamento a partir de evidências concretas.

A compreensão interpretativa é um componente essencial da leitura crítica e avançada. Ela exige do leitor não apenas a capacidade de identificar as informações explícitas, mas também de interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre fatos e opiniões. Compreender o propósito do autor ajuda o leitor a interpretar o texto de maneira contextualizada, captando suas intenções comunicativas.

A habilidade de identificar informações implícitas permite ao leitor ir além da superfície do texto, captando significados escondidos ou sugeridos. Por fim, a capacidade de fazer a distinção entre fato e opinião é crucial para a formação de leitores críticos, capazes de avaliar a veracidade e a objetividade de um texto.

Essas habilidades são fundamentais para a construção de uma leitura ativa e reflexiva, onde o leitor não é apenas um receptor passivo de informações, mas um participante ativo no processo de interpretação e construção de sentido. Ao dominar essas ferramentas, o leitor torna-se capaz de extrair o máximo de significado de um texto, participando de maneira mais consciente e crítica no diálogo com a informação escrita.

ORTOGRAFIA

A ortografia oficial da língua portuguesa trata das regras que orientam a escrita correta das palavras, garantindo a padronização e a clareza na comunicação. Essas normas são fundamentais para a uniformidade da língua escrita, tanto em contextos formais quanto informais. Ao longo do tempo, o português passou por diversas reformas ortográficas, sendo a mais recente o Novo Acordo Ortográfico, que trouxe algumas mudanças na grafia de palavras e na inclusão de certas letras no alfabeto oficial.

Aprender a ortografia correta de uma língua exige prática, e a leitura é uma das ferramentas mais eficazes para alcançar esse objetivo. A leitura regular não apenas amplia o vocabulário, mas também auxilia na memorização das grafias, uma vez que expõe o leitor a diferentes padrões e contextos. No entanto, apesar da existência de regras claras, a ortografia do português é repleta de exceções, exigindo atenção redobrada dos falantes.

Neste texto, serão abordadas as principais regras ortográficas do português, com destaque para dúvidas comuns entre os falantes. Desde o uso das letras do alfabeto até as regras para o emprego de X, S e Z, veremos como essas normas são aplicadas e quais são os erros mais frequentes. Além disso, exploraremos a distinção entre parônimos e homônimos, palavras que, por sua semelhança gráfica ou sonora, costumam causar confusão.

O Alfabeto na Língua Portuguesa

O alfabeto da língua portuguesa é composto por 26 letras, sendo que cada uma possui um som e uma função específica na formação de palavras. Essas letras estão divididas em dois grupos principais: vogais e consoantes. As vogais são cinco: A, E, I, O, U, enquanto as demais letras do alfabeto são classificadas como consoantes.

A principal função das vogais é servir de núcleo das sílabas, enquanto as consoantes têm a função de apoiar as vogais na formação de sílabas e palavras. Essa divisão permite uma vasta combinação de sons, o que torna o português uma língua rica e complexa em termos de fonologia e grafia.

▸ Inclusão das Letras K, W e Y

Com a implementação do Novo Acordo Ortográfico, assinado pelos países lusófonos em 1990 e efetivado em 2009, houve a reintrodução das letras K, W e Y no alfabeto oficial da língua portuguesa. Essas letras, que anteriormente eram consideradas estranhas ao alfabeto, passaram a ser aceitas oficialmente em determinadas circunstâncias específicas.

As letras K, W e Y são utilizadas em:

▪ **Nomes próprios estrangeiros:** Ex.: Kátia, William, Yakov.

▪ **Abreviaturas e símbolos internacionais:** Ex.: km (quilômetro), watts (W).

O objetivo dessa inclusão foi alinhar a ortografia portuguesa com o uso global dessas letras em contextos internacionais, especialmente para garantir a correta grafia de nomes e símbolos que fazem parte da cultura e ciência contemporâneas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE RACIOCÍNIO LÓGICO: SENTENÇAS ABERTAS; PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES E COMPOSTAS; CONECTIVOS LÓGICOS (CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, DISJUNÇÃO EXCLUSIVA, CONDICIONAL E BICONDICIONAL); NEGAÇÕES; NÚMERO DE LINHAS DE UMA TABELA-VERDADE; VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES E CONSTRUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE TABELAS-VERDADE; EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (LEIS DE MORGAN E CONDICIONAL)

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. "Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real". Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p ^ q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.
Mais um exemplo:

p	*q*	p -> q	~p	~q	~q -> ~p
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de p->q é igual a ~q -> ~p (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como A tabela-verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta *(p^q) -> pvq*. O que vamos fazer primeiro é montar A tabela-verdade para p^q e pvq.

p	q	p^q	p v q
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com p->q:

p	q	p->q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante.
Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	p^q	pvp	p->q	(p^q) -> pvq
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

AVALIAÇÃO ESCOLAR E TIPOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação da aprendizagem: funções diagnóstica, formativa e somativa

- **Avaliar como produzir evidências para decisões pedagógicas**

Avaliação da aprendizagem é um processo de coleta e interpretação de evidências sobre o desenvolvimento dos estudantes em relação a objetivos formativos. Ela não se confunde com atribuição de nota. A nota pode registrar um resultado, enquanto a avaliação inclui definir o que observar, produzir uma situação que torne a aprendizagem visível, interpretar a resposta e decidir o que fazer com a informação. Essa concepção aproxima avaliação do ensino: os dados produzidos orientam intervenções docentes e ajudam o estudante a compreender seus avanços e dificuldades.

Diagnóstico, formação e síntese de resultados

A avaliação diagnóstica investiga conhecimentos e dificuldades antes ou no início de determinado percurso, permitindo adequar o planejamento. A formativa acompanha o processo e produz informações para ajustes enquanto ainda existe tempo de intervir. A somativa sintetiza resultados em momentos definidos, geralmente vinculados a decisões de progressão, certificação ou registro. As três funções podem utilizar instrumentos semelhantes; o que as diferencia é principalmente a finalidade e o momento de uso da informação.

Uma atividade inicial de interpretação de gráficos pode cumprir função diagnóstica. Exercícios comentados durante uma unidade podem funcionar formativamente. Um projeto final pode compor uma síntese somativa. Transformar toda atividade em nota tende a reduzir espaço para tentativa e correção, enquanto avaliar sem critérios explícitos dificulta interpretar o que a produção revela.

- **Critérios e instrumentos de avaliação**

Critério é a referência usada para julgar a qualidade de uma resposta ou desempenho. Instrumento é o meio pelo qual a evidência é produzida ou registrada. Questões escritas, produção textual, tarefa prática, apresentação oral, portfólio, projeto, observação estruturada e rubrica podem cumprir funções diferentes. O instrumento precisa ser compatível com o objetivo. Não é suficiente medir apenas explicação verbal se o resultado esperado inclui executar um procedimento seguro, nem observar execução prática quando se pretende avaliar capacidade de justificar tecnicamente uma escolha.

Validade, clareza e diversidade de evidências

Uma avaliação é mais válida quando realmente observa o conhecimento ou capacidade que afirma avaliar. Linguagem desnecessariamente complexa pode interferir em uma tarefa cujo foco é outro conteúdo. Da mesma forma, uma atividade prática sem critérios pode premiar velocidade e esconder erros de procedimento. Critérios claros ajudam docente e estudante a distinguir aspectos essenciais de detalhes secundários.

A tabela compara as funções avaliativas pelo uso da informação.

Função	Momento típico	Pergunta principal	Uso pedagógico
Diagnóstica	Antes ou no início de uma sequência	Que repertórios e lacunas estão presentes?	Ajustar ponto de partida e apoio
Formativa	Durante o desenvolvimento	O que está avançando e o que precisa de intervenção?	Oferecer feedback e reorganizar atividades
Somativa	Em marco definido do percurso	Que resultados foram alcançados?	Registrar desempenho e apoiar decisões acadêmicas

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

As funções se complementam. Uma boa síntese final é mais justa quando o processo produziu oportunidades anteriores de compreender critérios, receber feedback e enfrentar dificuldades.

A frequência da avaliação também importa. Coletar muitas evidências sem tempo para analisá-las pode sobrecarregar professor e estudantes e produzir pouco efeito pedagógico. O desenho mais eficiente seleciona momentos em que uma resposta revela algo relevante sobre o percurso. Uma pergunta curta pode diagnosticar compreensão de um conceito; uma tarefa prática pode mostrar integração de procedimentos; uma produção mais extensa pode revelar capacidade de argumentar e relacionar conhecimentos. A diversidade de instrumentos deve responder à diversidade dos objetivos, não à busca de variedade por si mesma.

Os resultados precisam ainda ser comunicados de modo compreensível. Nota isolada informa posição em uma escala, mas não indica necessariamente que aspecto precisa mudar. Quando critérios e comentários acompanham o resultado, a avaliação se aproxima de uma linguagem de trabalho entre professor e estudante. Essa comunicação também favorece autorregulação. Ao reconhecer que um texto possui dados corretos, mas justificativa insuficiente, o estudante consegue direcionar esforço para a dimensão que precisa de aperfeiçoamento, em vez de interpretar o resultado como julgamento global de capacidade. Esse foco reduz ambiguidades e favorece ações específicas de melhoria.

Relação entre planejamento, critérios e avaliação

- **Alinhamento entre objetivos, atividades e evidências**

Planejamento e avaliação formam um sistema. O objetivo indica o tipo de aprendizagem desejado; as atividades oferecem oportunidades para desenvolvê-la; a avaliação precisa produzir evidência do mesmo tipo. Se o objetivo é analisar causas de um fenômeno, uma tarefa baseada apenas em reconhecimento de termos fornece informação limitada. Se o curso pretende desenvolver capacidade de planejar uma intervenção, o estudante precisa tomar decisões, justificar prioridades e lidar com restrições.

Critérios derivados do objetivo formativo

Critérios não devem aparecer apenas no momento da correção. Eles podem ser construídos a partir das características de uma produção de qualidade. Em um relatório técnico, por exemplo, critérios podem envolver precisão da descrição, uso adequado de dados, coerência da análise e justificativa das recomendações. A explicitação ajuda estudantes a direcionar o trabalho e permite feedback mais específico. Também aumenta consistência entre diferentes avaliadores quando a tarefa envolve julgamento profissional.

Um exemplo na EPT é a avaliação de montagem de circuito simples. Se a aprendizagem inclui segurança, interpretação do esquema, organização do procedimento e funcionamento final, avaliar apenas se o circuito ligou é insuficiente. Um resultado aparentemente correto pode ter sido obtido com conduta insegura ou por tentativa aleatória. Critérios distintos tornam visível a qualidade do processo.

- **Feedback e regulação da aprendizagem**

Feedback é informação que ajuda a reduzir a distância entre o desempenho observado e o resultado esperado. Para ser útil, precisa indicar algo sobre a produção e orientar ação possível. Comentários genéricos como “melhorar” oferecem pouca direção. Informar que a justificativa apresenta afirmação sem evidência e pedir que o estudante relacione cada afirmação a um dado concreto cria uma tarefa de aperfeiçoamento.

Tempo e possibilidade de uso

O feedback perde parte de sua função formativa quando chega depois que o estudante já encerrou o tipo de atividade e não terá oportunidade de aplicar a orientação. Devolutivas rápidas em tarefas intermediárias podem produzir ajustes antes de uma produção mais complexa. Feedback entre pares também pode ser útil quando há critérios claros e mediação, pois avaliar o trabalho de outro exige reconhecer características de qualidade.

A avaliação precisa ainda considerar acessibilidade. O objetivo deve orientar quais características do instrumento são essenciais e quais podem ser flexibilizadas para remover barreiras sem alterar a aprendizagem avaliada.

A consistência entre instrumentos é outro ponto relevante. Resultados muito diferentes podem indicar que tarefas mobilizam capacidades distintas, que critérios foram aplicados de forma desigual ou que fatores contextuais interferiram na realização. Em vez de escolher automaticamente o maior ou o menor resultado, o professor analisa que evidência cada atividade oferece. Essa leitura evita tratar avaliação como soma mecânica de pontos e favorece decisões coerentes com o objetivo formativo.

Para tornar o alinhamento mais explícito, alguns cuidados podem ser usados no planejamento avaliativo:

- Relacionar cada instrumento a um objetivo claramente identificado.
- Definir critérios antes da realização da atividade e comunicá-los em linguagem adequada.
- Prever momento em que o feedback ainda possa influenciar uma produção posterior.
- Diversificar formas de evidência quando o perfil formativo envolve capacidades de naturezas distintas.

Esses cuidados também aumentam transparência. Quando o estudante conhece a relação entre objetivo, atividade e critério, consegue compreender por que determinada produção foi solicitada e como será analisada. A transparência não elimina o julgamento profissional; oferece referências compartilhadas que tornam esse julgamento mais consistente e dialogável. Ela também facilita que diferentes docentes analisem produções integradas sem aplicar expectativas incompatíveis.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÃO FÔNICA NA ALFABETIZAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO BASEADA EM EVIDÊNCIAS: NEUROCIÊNCIA E LEITURA

- **Relações entre linguagem oral e escrita alfabética**

Princípio alfabético e representação dos sons

A escrita alfabética organiza sinais gráficos para representar unidades sonoras da língua. Aprender a ler nesse sistema exige compreender que palavras faladas podem ser analisadas em segmentos e que letras ou grupos de letras correspondem, de maneira regulada, a fonemas. Essa compreensão não surge automaticamente da exposição a livros: depende de experiências sistemáticas que tornem perceptíveis relações inicialmente pouco evidentes. A criança que reconhece a palavra falada “mala” precisa perceber que os sons que a constituem podem ser representados por uma sequência ordenada de grafemas. A ordem importa porque alterar a posição dos elementos pode produzir outra palavra ou uma sequência sem significado conhecido.

Consciência fonológica e consciência fonêmica

Consciência fonológica é a capacidade de prestar atenção à organização sonora da fala, identificando rimas, sílabas e outras unidades. A consciência fonêmica corresponde ao reconhecimento e à manipulação dos fonemas, unidades menores capazes de distinguir palavras. Perceber que “pato” e “gato” diferem no som inicial envolve uma análise mais fina do que bater palmas para contar sílabas. Essas habilidades se relacionam, mas não são equivalentes. Trabalhar com rimas e sílabas pode apoiar a atenção aos sons, enquanto a aprendizagem das correspondências entre fonemas e grafemas precisa também de atividades explícitas que conectem a dimensão oral à escrita.

Ensino explícito das correspondências

A instrução fônica apresenta e exercita relações entre sons e grafias de forma planejada, com demonstração, prática guiada, aplicação independente e acompanhamento dos resultados. Ela se distingue de solicitar que o aluno descubra sozinho uma regularidade a partir de muitas palavras. Em uma atividade com as letras M e A, o docente pode articular o som correspondente a cada grafema, modelar sua combinação, solicitar a leitura de “ma” e introduzir palavras decodificáveis, como “mala”. O planejamento deve considerar que algumas correspondências são mais estáveis e outras variam conforme o contexto ortográfico.

Da combinação à leitura de palavras

Decodificar significa usar conhecimentos do sistema escrito para reconhecer a sequência de sons representados e chegar à palavra. O processo começa com unidades simples, mas não se resume à emissão lenta de fonemas isolados: o reconhecimento precisa ganhar precisão e fluência. A palavra lida também deve ser vinculada ao significado, porque pronunciar uma sequência sem compreendê-la não equivale a leitura plena. Ao trabalhar “mesa”, por exemplo, a turma pode identificar os grafemas, combinar os sons, reconhecer o objeto e empregar a palavra em uma frase. A escrita da mesma palavra oferece outra oportunidade para consolidar a relação entre som e grafia.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A comparação distingue habilidades que cooperam no início da alfabetização, sem tratá-las como etapas rígidas ou mutuamente exclusivas.

Processo	Foco da atividade	Evidência observável
Percepção de rimas	Semelhança sonora final	Identifica palavras que rimam
Segmentação fonêmica	Unidades sonoras mínimas	Isola sons de uma palavra oral
Correspondência grafofonêmica	Relação entre letras e sons	Associa grafemas a fonemas adequados
Decodificação	Combinação sequencial	Lê palavras novas com apoio do código

Uma criança pode avançar na percepção de rimas sem ainda conseguir ler uma palavra desconhecida. Por isso, o professor observa o processo específico que precisa ser fortalecido e evita inferir domínio de leitura apenas pela participação em jogos orais. Também não confunde rapidez com compreensão: a qualidade do reconhecimento e o acesso ao sentido devem caminhar juntos.

Em português, a relação entre grafema e fonema exige atenção às diferenças entre letras e sons. O dígrafo “nh” representa uma unidade sonora com duas letras; a letra “s” pode corresponder a sons diferentes conforme a posição e o contexto; e a letra “h” inicial não representa som próprio em palavras usuais. Esses exemplos não precisam ser apresentados de uma só vez à criança. A progressão seleciona contrastes conforme os conhecimentos já construídos. A análise de pares como “faca” e “vaca” pode favorecer a percepção de diferenças fonêmicas e a ligação com sinais gráficos; posteriormente, palavras com grafias contextuais permitem compreender que a escrita portuguesa não consiste em substituição mecânica de cada som por uma letra única.

Em atividades de contraste auditivo, o professor pronuncia duas palavras com articulação natural e pergunta se começam ou terminam com o mesmo som. A palavra oral deve ser apresentada antes de sua forma escrita quando o alvo é identificar fonemas; quando o alvo é relacionar grafia e som, as letras passam a integrar o exercício. Essa diferença metodológica evita que o aluno responda apenas pela aparência das palavras. É importante escolher exemplos familiares e verificar se o vocabulário é conhecido. O contraste entre “fita” e “vita”, por exemplo, não seria útil porque a segunda forma não pertence ao repertório usual; pares de palavras reais tornam a tarefa mais significativa.

- **Funcionamento cognitivo da leitura**

Redes cerebrais e aprendizagem cultural

A leitura é uma aquisição cultural que mobiliza funções visuais, linguísticas, atencionais e de memória de trabalho. O cérebro humano não nasce com um circuito exclusivo para interpretar letras; ao aprender a ler, reorganiza o uso de redes preexistentes, tornando mais eficiente a ligação entre formas gráficas, sons e significados. Isso explica por que reconhecer desenhos e reconhecer palavras requerem operações diferentes, embora ambos envolvam percepção visual. A organização neural da leitura resulta de aprendizagem prolongada e de oportunidades pedagógicas consistentes, não de uma maturação cerebral que dispensaria ensino.

Especialização progressiva e automatização

Com a prática, a identificação de sequências ortográficas familiares torna-se mais rápida e menos dependente de esforço consciente. Essa automatização libera recursos para acompanhar o sentido de frases, inferir relações e integrar informações de um texto. No começo, ao ler “O gato dorme”, a criança pode concentrar quase toda a atenção em identificar cada palavra; depois, passa a considerar quem realiza a ação e como o enunciado se relaciona à situação representada. A fluência inclui precisão, ritmo e entonação coerente com a construção sintática, não simplesmente velocidade medida fora de contexto.

Interações entre decodificação e compreensão

Reconhecer palavras escritas e compreender linguagem são componentes complementares da leitura. Um aluno pode decodificar com segurança, mas ter dificuldade para entender palavras pouco familiares ou estruturas textuais complexas. Outro pode compreender muito bem uma história narrada oralmente e ainda não conseguir lê-la sozinho. Essas situações demandam respostas didáticas distintas: no primeiro caso, ampliação de vocabulário e trabalho com organização textual; no segundo, fortalecimento do reconhecimento de palavras. Atividades de leitura compartilhada ajudam a desenvolver compreensão enquanto a habilidade de decodificar ainda está em construção.

Vocabulário, sintaxe e inferência

O significado não está apenas nas palavras isoladas. Compreender “Quando começou a chover, Ana fechou a janela” exige perceber a relação temporal entre as orações e inferir uma motivação possível para a ação. Para tornar essas operações acessíveis, o docente pode explorar conectivos, referentes pronominais e informações implícitas com exemplos próximos à experiência infantil. A qualidade das perguntas importa: localizar uma palavra no texto é diferente de explicar por que um personagem tomou determinada decisão. A ampliação da linguagem oral, por sua vez, enriquece as possibilidades de interpretação da escrita.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!